



PRIMEIRO MINISTRO

**DISCURSO DE ABERTURA DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-
MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA SOBRE O TEMA
“TRANSFORMANDO A RIQUEZA DOS RECURSOS NATURAIS EM
CRESCIMENTO INCLUSIVO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO”**

**Díli, Timor-Leste
18 de Setembro de 2013**

Sua Excelência, Taur Matan Ruak, Presidente da República
Sua Excelência, Anoop Singh, Director do Departamento da Ásia e Pacífico do Fundo Monetário Internacional
Sua Excelência, Hiroto Arakawa, Economista Principal do Banco Asiático de Desenvolvimento

Ilustres Deputados
Membros do Governo
Embaixadores
Distintos convidados
Senhoras e senhores,

É com grande prazer que estou aqui hoje a participar nesta conferência sobre “Transformando a Riqueza dos Recursos Naturais em Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Económico”.

Gostaria de agradecer ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Asiático de Desenvolvimento, ao Grupo do Banco Mundial e à Agência de Cooperação Internacional do Japão pelo apoio importante que prestaram para a realização desta conferência.

Gostaria ainda de dar as boas-vindas aos nossos convidados internacionais que poderão partilhar connosco algumas lições, aprendidas em nações ricas em recursos naturais pelo mundo fora e, em especial, na nossa região.

É com muita satisfação que constato que o tema desta conferência reflecte a nossa visão para Timor-Leste. Esta é uma visão definida no nosso *Plano Estratégico de Desenvolvimento para 2011 a 2030* e uma visão que estamos já a procurar concretizar de forma determinada.

Estamos absolutamente empenhados em utilizar a nossa riqueza a nível de recursos naturais de forma sensata, a fim de desenvolver uma economia diversificada e de desenvolver a nossa nação de forma a beneficiar todos os nossos cidadãos.

Senhoras e senhores,

Em Timor-Leste estamos bem cientes do aumento da desigualdade no mundo inteiro. Isto acontece tanto nos países desenvolvidos como nos países em vias de desenvolvimento, incluindo as grandes economias emergentes.

Na região da Ásia-Pacífico temos assistido a histórias espectaculares de crescimento. Graças ao acesso a capital e a uma incidência nos recursos humanos, muitas nações asiáticas fizeram progressos notáveis que retiraram milhões de pessoas da pobreza.

Todavia o crescimento económico só pode ser sustentável se garantirmos que se traduz no aumento do bem-estar social do povo. No entanto, constatamos que algum do crescimento económico na nossa região nem sempre é equilibrado, pelo que as desigualdades continuam a aumentar.

A Ásia-Pacífico aloja ainda aproximadamente dois terços dos cidadãos pobres do mundo inteiro, havendo demasiadas pessoas em situações de fome e de privação extrema. Se não for dada resposta aos temas da pobreza e da desigualdade, a coesão social e a estabilidade de muitas economias em crescimento estão em grande risco.

Há muitas razões para o aumento da desigualdade, porém um problema comum prende-se com as acções egoístas dos ricos e dos poderosos.

O sistema financeiro mundial é uma parte fundamental deste problema, visto perpetuar e reforçar a desigualdade. Acho que podemos afirmar de modo convicto que o mercado livre financeiro global fracassou.

A Crise Financeira Global veio expor a ineficiência, a ganância descontrolada e a corrupção sistémica que grassam no mundo das finanças. Para piorar ainda mais as coisas, ninguém no mundo desenvolvido assumiu a responsabilidade pela Crise, a qual afectou sobretudo os cidadãos pobres e vulneráveis do mundo. No entanto, em Timor-Leste, durante esta crise continuámos a ser moralmente repreendidos por gastarmos o nosso dinheiro na melhoria das vidas precárias dos nossos cidadãos. Repreendidos, diga-se, pelos mesmos especialistas que fizeram ruir a economia mundial.

A ganância descontrolada e a manipulação do mercado pelas finanças mundiais resultaram num enorme aumento da desigualdade e da hipocrisia. Trouxeram também pobreza e dificuldades para os povos de nações europeias outrora orgulhosos. Vimos centenas de milhares de milhões de dólares em fundos de resgate a irem para nações desenvolvidas, ao passo que os países frágeis e os Países Menos Desenvolvidos do mundo foram em grande parte ignorados. E aqui temos de perguntar: porquê?

É perverso dizerem-nos para termos fé no mesmo sistema que está a causar tanta angústia e que continua a perpetuar a desigualdade. Tem de haver um caminho melhor.

Senhoras e senhores,

É esse caminho melhor que Timor-Leste quer seguir. Queremos garantir que os benefícios resultantes dos nossos recursos naturais e do nosso desenvolvimento são distribuídos por toda a nação e por todos os nossos cidadãos. É por isto que Timor-Leste está a procurar um crescimento equilibrado e sustentável.

Timor-Leste é uma economia pequena mas emergente, com mercados abertos e algumas das taxas fiscais mais baixas no mundo inteiro. Estabelecemos um quadro económico e regulador para promover o crescimento e o desenvolvimento.

Desde 2007, temos desfrutado de taxas médias de crescimento económico de 11,9%, estando previsto que este crescimento forte se mantenha no futuro. Isto está a criar emprego e oportunidades para os nossos cidadãos, bem como receitas fiscais que servem para financiar serviços governamentais importantes, incluindo saúde e educação.

Sabemos que continuamos a ser uma nação frágil e que o nosso progresso económico só tem sido possível graças à nossa estabilidade e segurança duradouras. Por esta razão, temos também investido no profissionalismo e na capacitação do nosso sector de segurança para manter e construir a paz.

O nosso fundo de riqueza soberana, o Fundo Petrolífero, cresceu de 1,8 mil milhões de dólares em 2007 para quase 14 mil milhões de dólares actualmente. Desde Janeiro do presente ano, o Fundo tem vindo a crescer em média mais de 300 milhões de dólares por mês, também graças à crise no Egipto e na Síria.

Todos nós reconhecemos a responsabilidade enorme que temos em garantir que a riqueza dos nossos recursos naturais é gasta na melhoria das vidas e das oportunidades do nosso povo e na construção de alicerces para o nosso futuro. Ao mesmo tempo que precisamos também de preservar parte desta riqueza para as gerações vindouras.

Orgulha-nos o facto de Timor-Leste ter sido o primeiro país na Ásia e o terceiro no mundo inteiro a cumprir com a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas. Isto significa que cada dólar proveniente dos nossos recursos de petróleo e gás é contabilizado e auditado, para que os fundos sejam geridos de forma transparente em benefício do nosso povo.

Senhoras e senhores,

Os nossos cidadãos sofreram muito pela causa da independência e da autodeterminação. Sofreram actos inenarráveis de violência e de privação. Embora tenhamos acabado por vencer, e com pouco apoio internacional, continua a haver muitos cidadãos timorenses a viver os seus dias em situação de pobreza extrema e em condições de vida miseráveis. O nosso povo merece mais.

Quando nos tornámos uma nação independente tivemos de começar do zero. Não tínhamos dinheiro, não tínhamos experiência de construção nacional e não tínhamos as infra-estruturas básicas necessárias para apoiar uma economia moderna e produtiva.

Assim, quando a riqueza dos nossos recursos petrolíferos começou a entrar, tivemos apenas uma opção – gastar ponderadamente dinheiro para dar resposta às necessidades imediatas do nosso povo e para iniciar o desenvolvimento do nosso país.

Começámos por reconhecer que sem electricidade não nos seria possível construir o nosso país, fazer crescer a nossa economia ou prestar serviços governamentais. Demos assim início ao maior projecto de sempre no nosso país a nível de infra-estruturas, construindo um sistema nacional de geração e distribuição de electricidade. Isto significa que temos actualmente electricidade em todo o território nacional.

Estamos conscientes de que temos ainda um longo caminho a percorrer. Embora a construção de infra-estruturas nacionais de boa qualidade seja essencial para o desenvolvimento social e para possibilitar um crescimento equilibrado, os desafios são grandes e contínuos.

Precisamos criar uma vasta rede de estradas de boa qualidade e com boa manutenção para ligar as nossas comunidades, promover o desenvolvimento rural e apoiar a nossa indústria e o nosso turismo.

A provisão de acesso a água potável e a saneamento é vital para o bem-estar do nosso povo e para o nosso desenvolvimento nacional. É também importante que tenhamos capacidade a nível de portos marítimos para apoiar o nosso desenvolvimento, bem como um aeroporto nacional capaz de dar resposta às nossas necessidades crescentes.

Vale também a pena referir que estamos a trabalhar no sentido de estabelecer uma ligação subaquática entre Darwin e Timor-Leste através de um cabo de fibra óptica, o que nos dará acesso a internet de banda larga e de grande velocidade. Queremos com isto garantir que a nossa nação não fica no lado errado do fosso tecnológico global e que os nossos cidadãos têm igual acesso ao conhecimento e às ligações globais.

Sem dotar a nossa nação de infra-estruturas básicas não podemos obter um crescimento equilibrado e equitativo.

Senhoras e senhores,

A nossa visão, definida no nosso *Plano Estratégico de Desenvolvimento de 2011 a 2030*, consiste em transformar Timor-Leste numa nação com rendimentos médio-altos até 2030, dotada de uma população instruída, saudável e a viver em segurança.

A primeira secção do nosso *Plano Estratégico de Desenvolvimento* é o Capital Social. Iniciámos o nosso plano com esta incidência na saúde, educação e formação e inclusão social, por sabermos que a verdadeira força da nossa nação é o nosso povo. Reconhecemos que não é possível construir uma nação sem os recursos humanos necessários para tal.

Diz-se muitas vezes que podemos julgar uma sociedade pela forma como esta trata os seus membros mais fracos. Em Timor-Leste orgulhamo-nos de dar apoio aos membros mais vulneráveis da nossa comunidade. Estabelecemos um sistema efectivo de pensões e de pagamentos a idosos, inválidos e veteranos da luta pela libertação

nacional, e introduzimos medidas semelhantes de justiça social para outros grupos vulneráveis tais como mulheres, crianças e jovens. Vemos isto como uma forma adequada de utilizar a nossa riqueza a nível de recursos naturais para combater as desigualdades e as desvantagens.

É muito importante que esta conferência não negligencie uma questão de relevância vital para o crescimento equitativo, nomeadamente as circunstâncias das mulheres e das meninas.

O crescimento nunca poderá ser inclusivo se a maior parte do poder económico estiver nas mãos dos homens. O progresso social não é real se beneficiar apenas os homens ou se as mulheres e meninas estiverem sujeitas a violência e abusos.

Precisamos ter presente que as mulheres da nossa nação se sacrificaram e que sofreram tanto quanto os homens na nossa luta pela independência. Infelizmente este sofrimento incluiu também violência sexual, uma arma brutal de guerra nos conflitos por todo o mundo.

Sugiro assim que consideremos a igualdade dos géneros e a violência contra mulheres e meninas como indicadores vitais de progresso e de desenvolvimento na medição do crescimento e desenvolvimento inclusivos.

Senhoras e senhores,

É também necessário que as despesas governamentais sejam distribuídas por toda a nação, caso contrário estaríamos a criar um enclave económico em Díli.

O Governo está a encetar um programa de descentralização para garantir que a prestação de serviços se aproxima de todos os nossos cidadãos e para tornar as comunidades responsáveis pelas decisões relativas a questões locais.

Estamos igualmente a conduzir uma iniciativa de grande dimensão para garantir que o nosso crescimento económico é distribuído pela nação. O Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos é um novo programa de desenvolvimento comunitário a nível nacional que irá gastar mais de 300 milhões de dólares ao longo de 8 anos para financiar infra-estruturas básicas nos sucos.

Nas nossas áreas rurais a falta de qualidade das infra-estruturas é um obstáculo determinante ao desenvolvimento e ao acesso a serviços e oportunidades, o que ajuda a perpetuar um ciclo de pobreza e de desigualdade. Ao apoiar as comunidades no planeamento e construção de infra-estruturas básicas, este programa pretende garantir que estes cidadãos não são excluídos das oportunidades de desenvolvimento.

Esta iniciativa vem dar continuidade ao Pacote do Referendo e aos Programas de Desenvolvimento Descentralizado dos Distritos, sendo uma política fundamental para assegurar um crescimento económico justo e equilibrado.

Estamos também a avançar com o estabelecimento de uma Zona Especial de Economia Social em Oecussi. O Dr. Mari Alkatiri está a liderar o estabelecimento desta zona de desenvolvimento, podendo este conceito ser alargado a outras partes do país. A Zona Especial de Oecussi é uma nova abordagem que visa promover um desenvolvimento sustentável e equilibrado e combater a pobreza. Através desta Zona, Oecussi tornar-se-á um centro comercial e industrial que incidirá em oportunidades de mercado na região.

Timor-Leste está igualmente a implementar o Projecto Tasi Mane, com vista ao desenvolvimento de uma indústria de petróleo e gás em terra, que irá criar emprego e suportar o crescimento económico. O Projecto Tasi Mane irá abrir a nossa costa sul como um centro sub-regional para a indústria petrolífera, o que resultará em dividendos económicos directos a partir desta indústria.

Senhoras e senhores,

Antes de concluir, gostaria apenas de referir que Timor-Leste sabe que não está sozinho na luta contra a pobreza e a opressão sistemática. Demos a mão à comunidade internacional, num espírito de solidariedade, e juntámo-nos a outras nações que enfrentam desafios semelhantes aos nossos.

Em particular, Timor-Leste quer abordar os problemas a nível da assistência de desenvolvimento e do envolvimento internacional em países frágeis e em vias de desenvolvimento. Já vimos muito dinheiro ser gasto com resultados muito reduzidos, tudo em nome da ajuda internacional.

Uma parte importante desta abordagem é o trabalho com o g7+, uma colaboração nova e inovadora entre 18 Estados frágeis, que permite a estes falar a uma só voz e defender mudanças nas políticas globais de desenvolvimento. Muitos dos membros do g7+ são países ricos em recursos naturais, pelo que queremos trabalhar lado a lado para garantir que não somos explorados e que os benefícios desta riqueza são distribuídos de forma justa pelos nossos povos.

Enquanto grupo queremos garantir que a riqueza a nível de recursos naturais não serve para alimentar conflitos. Infelizmente aprendemos às nossas custas que sem paz e estabilidade não é possível haver desenvolvimento.

Esta mensagem foi repetida alto e em bom som quando as nações do g7+ e alguns dos nossos vizinhos da Ásia e das Ilhas do Pacífico se reuniram em Díli, em Fevereiro do presente ano, numa conferência internacional organizada pelo meu Governo com o tema "Desenvolvimento para Todos". A Conferência resultou no "Consenso de Díli", um documento que estabelece as nossas prioridades e esperanças para a agenda de desenvolvimento pós-2015.

O Consenso de Díli reconheceu que as abordagens padrão ao desenvolvimento falharam por não levarem em conta que os desafios variam consoante o contexto local.

As nações do mundo reunir-se-ão numa sessão especial das Nações Unidas no dia 25 deste mês, com vista a dar seguimento aos esforços feitos em prol da concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e para discutir a agenda de desenvolvimento pós-2015. Timor-Leste orgulha-se do facto de a sua Ministra das Finanças, Emília Pires, ter feito parte do Painel de Alto Nível que aconselhou o Secretário-Geral das Nações Unidas sobre esta agenda.

Em Abril do presente ano Timor-Leste teve também a honra de assumir a Presidência da 69ª sessão da Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico das Nações Unidas. Tenho o privilégio de presidir a esta sessão e de trabalhar com a CESAP e com as nações da Ásia-Pacífico a fim de continuar a fazer avançar e a melhorar o desenvolvimento humano.

Debatemos os desafios enfrentados pelas nações da região da Ásia-Pacífico com o objectivo de integrar melhor os planos e acções a nível regional e sub-regional para dar resposta ao desenvolvimento humano e possibilitar uma melhor ligação que quebre o isolamento de alguns países.

Infelizmente não foi possível, como previsto, a honrosa presença nesta conferência da Dra. Noeleen Heyzer, Subsecretária-Geral das Nações Unidas e Secretária Executiva da CESAP. Estamos ansiosos por poder trabalhar, num espírito de amizade e cooperação, com a Dra. Heyzer, na sua capacidade de Assessora Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Timor-Leste e desejamos-lhe uma célere recuperação.

Senhoras e senhores,

Desejo a todos uma conferência deveras produtiva e construtiva sobre a melhor forma de Transformar a Riqueza dos Recursos Naturais em Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Económico.

Estou certo que os resultados desta conferência nos ajudarão a melhorar a nossa política fiscal e a desenhar o nosso quadro nacional de investimento público, de modo a transformar a nossa nação através de uma economia mais forte e diversificada. O uso sensato dos nossos recursos naturais permitir-nos-á realizar alterações estruturais sustentáveis no nosso país.

O crescimento económico por si só não serve de nada se não apoiar a redução da pobreza, a criação de emprego, a melhoria da educação e dos serviços de saúde e a erradicação da exclusão social.

O nosso povo combateu pela independência de todos os cidadãos timorenses, não apenas de alguns. Trabalhemos agora juntos na construção de uma nação melhor e

mais justa para o nosso povo.

Muito obrigado.

18 de Setembro de 2013
Kay Rala Xanana Gusmão